



## O SERVIÇO SOCIAL NO MARANHÃO: 70 anos de história

Maria Ozanira da Silva e Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** Os 70 anos do Curso de Serviço Social no Maranhão é contextualizado a nível do Brasil e da América Latina, situado na estrutura e na conjuntura da formação social capitalista. O procedimento utilizado foi revisão bibliográfica referenciada na vivência da autora no Serviço Social no Maranhão e no Brasil. O conteúdo aborda: a história do Serviço Social no Brasil, situando suas origens nos anos 1930; o período marcado pela influência norte-americana a partir de 1945; a insuficiência do conservadorismo no Serviço Social e sua contribuição para manutenção do *status quo* na América Latina nos anos 1960, destacando o Movimento de Reconceituação no continente e sua penetração no Brasil. O foco do artigo é a inclusão da trajetória do Serviço Social no Maranhão. A ideia central é o desvendar uma dinâmica que foca na passagem do conservadorismo para uma perspectiva transformadora.

**Palavras-chaves:** Serviço Social; Maranhão; Brasil; América Latina; História.

### THE SOCIAL WORK IN MARANHÃO STATE: 70 years of history

**Abstract:** The 70 years of the Social Work course in Maranhão State is contextualized in Brazil and in Latin America, situated in the structure and conjuncture of the capitalist social formation. The used procedure was bibliographic revision referenced in the author experience in the Social Work in Brazil and in Latin America. The content covers: the history of Social Work in Brazil, placing its origins in the 1930's; The period of North American influence from 1945 onwards; the insufficiency of the conservatism in the Social Work and its contribution to status quo maintenance in Latin America in the years of 1960, highlighting the Reconceptuation Movement in the Continent and its penetration in Brazil. The focus of the article is the inclusion of the trajectory of the Social Work in Maranhão State. The central idea is to disclose the dynamic of conservatism transitioning to a perspective of transformation

**Keywords:** Social Work; Maranhão State; Brazil; Latin America; History.

Artigo recebido em: 06/05/2023 Aprovado em: 01/11/2023  
DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v27n2.2023.43>

---

<sup>1</sup> Doutora em Serviço Social. Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Coordenadora do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas direcionadas à Pobreza (GAEPP [www.gaepp.ufma.br](http://www.gaepp.ufma.br)), da mesma Universidade. Pesquisadora, nível IA, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

## 1 INTRODUÇÃO

Para que possamos falar dos 70 anos de história do curso de Serviço Social no Maranhão, entendo ser necessário iniciar por sua contextualização no Brasil, remetendo, inclusive à constituição histórica da profissão de assistente social na América Latina. Isso porque o Serviço Social no Maranhão deve ser visto em relação à realidade do Serviço Social no Brasil e no continente onde o Brasil está situado.<sup>1</sup> Parto do pressuposto que a compreensão da institucionalização e desenvolvimento do Serviço Social só podem ser compreendidos no movimento estrutural e conjuntural da sociedade que gesta essa profissão, ou seja, a história do Serviço Social é articulada com a história dos processos econômicos, políticos e sociais e da dinâmica das classes sociais.

Para desenvolver o tema, inicio apresentando o movimento histórico do desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, situando suas origens nos anos 1930, contextualizando, em termos gerais, sua inserção na conjuntura socioeconômica e política da América Latina e do país. Sigo apresentando o período marcado pela influência norte-americana que se situa a partir de 1945 para então discorrer a respeito da percepção sobre a insuficiência do Serviço Social marcado pelo conservadorismo e sua contribuição para manutenção do *status quo* na América Latina nos anos 1960, cuja expressão foi o Movimento de Reconceituação do Serviço Social no continente e sua penetração no Brasil, evidenciando a especificidade aqui assumido pelo Movimento em consideração. Referenciando-me nos conteúdos apresentados, sigo discorrendo sobre a trajetória do Serviço Social no Maranhão e finalizo com destaque de aspectos relevantes tratados no decorrer do artigo, a título de conclusão.

## 2 O MOVIMENTO INICIAL DE DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL NO CONTEXTO DOS ANOS 1930

As origens do Serviço Social no Brasil tiveram como sujeitos setores políticos, econômicos, sociais e religiosos, o que significa desvendar sua função e seus efeitos no movimento concreto da vida real, mediante compromissos sociais com a dinâmica das classes sociais no contexto da formação social capitalista. Nesse âmbito, fica estabelecida a contradição de a profissão ser demandada por uma classe social, a dominante, e direcionar sua ação profissional para a classe subalterna. Assim, o Serviço Social surge no Brasil em 1930 para dar respostas a demandas sociais concretas geradas no âmbito da passagem de um modelo de desenvolvimento agroexportador para um modelo urbano-industrial. Essa conjuntura favorece a concentração urbana e o surgimento da classe operária, instalando-se ambiência favorável para lutas reivindicativas. Em respostas às lutas sociais, inicialmente, os setores dominantes se utilizam da repressão e da beneficência. O Serviço Social se

institucionaliza enquanto profissão para operar a beneficência na busca de aliviar os males sociais decorrentes de problemas motivados pela concentração do operariado em grandes fábricas e em áreas residenciais, direcionando sua ação profissional para as favelas, desempregados e “marginalizados” na busca da restauração do funcionamento social. Há que considerar que a passagem do sistema agrário-comercial para o sistema industrial produziu profundas alterações sociais do estilo de vida rural para um estilo urbano industrial e, conseqüentemente, trouxe conflitos e demandas. Nesse contexto, a Igreja Católica, mediada pelos movimentos de ação social, assume a responsabilidade da fundação das primeiras escolas do Serviço Social no Brasil: a Escola de Serviço Social em São Paulo, em 1936, e a Escola de Serviço Social no Rio de Janeiro, em 1937. Nesse período da vinculação do Serviço Social a entidades religiosas, sua base organizativa foi marcada pela doutrina social da Igreja e da assistência pública do Estado com caráter humanitário e filantrópico, exercido por representantes de setores da classe dominante. Por conseguinte, o Serviço Social, nesse momento, é marcado por uma perspectiva doutrinária de corte humanitário, colocando-se a serviço de uma pessoa abstrata desvinculada da realidade social, compreendendo a sociedade como uma organização harmônica e a desigualdade como natural. Para atender essa realidade, surge a necessidade de formação técnica especializada, abrindo campo para a institucionalização do Serviço Social. Então, a formação profissional do assistente social tem influência europeia do denominado modelo Franco-Belga, referenciado numa linha de apostolado de “Servir ao Outro”, tendo como centro de preocupação a família. O Serviço Social, nesse âmbito, é visto como uma vocação, demandando uma formação moral e doutrinária.

### **3 INFLUÊNCIA NORTE-AMERICANA NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO A PARTIR DE 1945**

A partir de 1945, o eixo vocacional que marcou o Serviço Social com uma formação moral e doutrinária, cede espaço para a influência norte-americana. Esse foi um contexto de consolidação da economia dos Estados Unidos, após a II Guerra Mundial, com expansão de sua influência econômica notadamente na América Latina. Período marcado pela ideologia do planejamento para o desenvolvimento, com controle econômico e político e com destaque a programas de assistência técnica e ajuda financeira.

Com o retorno de assistentes sociais brasileiras que foram se especializar nos Estados Unidos, passa-se a construir uma metodologia de ação “eficaz” no Serviço Social, mantendo o fundamento numa visão harmônica da sociedade e do desenvolvimento como resultados de capacidades pessoais e culturais referenciadas pelo princípio da neutralidade. O Estado é concebido como gestor do bem comum, situando-se acima das classes sociais, sendo exigidas para atuação profissional habilidades para entrevista, observação e aplicação de questionário. Por conseguinte, a

ênfase é a instrumentalização técnica, com valorização do método, ocorrendo o deslocamento da influência do neotomismo para os pressupostos funcionalistas da Sociologia. Todavia, a influência católica permaneceu até os anos 1960, quando passa a ocorrer progressiva integração das Escolas de Serviço Social aos centros universitários.

Sob a influência norte-americana importamos os métodos de Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo e de Organização de Comunidade, posteriormente, Desenvolvimento de Comunidades. Ao mesmo tempo, a estruturação básica da prática profissional ocorre em torno do plantão, triagem, prática burocrática, acompanhamento, aconselhamento, distribuição de auxílios, socialização através de grupos e engajamento em equipes multiprofissionais, sobretudo nos trabalhos de comunidades, pautando-se pela ideologia desenvolvimentista. Nesse quadro configurativo, o Serviço Social assume duas tarefas fundamentais: viabilizar a participação do povo no projeto desenvolvimentista do governo e neutralizar as tensões resultantes das contradições decorrentes da política desenvolvimentista, com aprofundamento da vinculação com o Estado e priorização de programas de desenvolvimento de comunidade. Nessa realidade, o assistente social passa a assumir funções de coordenação e planejamento.

#### **4 PERCEPÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: anos 1960**

Nos anos 1960 surge a percepção na América Latina da insuficiência da proposta desenvolvimentista, colocando a necessidade da transformação social. A partir de então desponta o Movimento de Reconceituação Latino-americano cuja proposta era superar a prática profissional atrelada aos setores dominantes, apontando a necessidade de nova perspectiva teórico-metodológica fundamentada na dialética, cuja proposta é deslocar os problemas individuais, grupais e comunitários para os problemas estruturais da sociedade. Em consonância com transformações sócio-política e econômicas vivenciadas na América Latina, inicia-se, então, um movimento de contestação ao domínio norte-americano. O Serviço Social propõe-se a romper com a neutralidade; com a dicotomia teoria-prática e com a manutenção do status quo, desvendando a dimensão política da prática profissional e assumindo a tendência de vinculação aos quadros populares cuja estratégia privilegiada é a participação social. Não obstante, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social não se expressa de modo homogêneo em todos os países da América Latina. No Brasil, de 1964 a 1967, assume inicialmente uma perspectiva modernizadora, inserindo-se no projeto de modernização adotado pelo Estado, embora alguns segmentos de assistentes sociais tenham atuado junto ao Movimento de Educação de Base, com uma visão questionadora da realidade social e da subserviência da prática do Serviço Social. A partir de 1968, ao mesmo tempo que se pauta pela busca de rigor técnico e científico,

o Serviço Social assume uma postura assistencialista estreitando seu compromisso com as classes dominantes assumindo a implementação de políticas sociais paternalistas para atenuar o período de maior repressão da ditadura militar decretada em 1964. É somente pós-milagre econômico, marcado por elevado crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil em 1978, que se pode dizer que segmentos do Serviço Social Brasileiro começam a assumir a perspectiva dialética da Reconceituação, vislumbrando e colocando como referência para a prática profissional a transformação da sociedade. Passa-se a construir com mais clareza uma proposta do Serviço Social que se fundamenta no materialismo histórico e no método dialético, evidenciando a dimensão política da profissão, rompendo com a neutralidade e restaurando a concepção de instituição enquanto espaço contraditório de luta e ampliando a atuação profissional junto aos movimentos sociais. Explicitamente, passa-se a preconizar e assumir o compromisso profissional com os segmentos subalternos da sociedade. Essa realidade emergente enseja discussão sobre currículo, sob a liderança da então Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, ABESS, sendo aprovado um novo currículo pelo Conselho Federal de Educação em 1982. Esse processo prossegue, com recuos e avanços, culminando com novo Código de Ética, novas diretrizes curriculares e com a construção do Projeto Ético-Profissional do Serviço Social que, embora não seja único, é hegemônico na orientação da formação profissional nos últimos anos.

## **5 TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO MARANHÃO NOS 70 ANOS DE HISTÓRIA**

Partindo do referencial da conjuntura e da prática do Serviço Social indicado nos itens anteriores, parto de uma questão: como foi a trajetória do Serviço Social no Maranhão nos seus 70 anos de existência?

A inserção do Serviço Social na realidade maranhense também requer situar seu surgimento e desenvolvimento no contexto socioeconômico e político do Estado e em relação aos grupos atuantes neste contexto, em particular, o Estado e a Igreja Católica. Verifica-se que a Igreja Católica inicia sua ação social a partir de 1917, desenvolvendo ações missionárias entre os índios, sendo que a partir dos anos 1930 a ação marcante da Igreja se faz através da organização de grupos de representantes do laicato católico, constituído por pessoas de destaque da sociedade. A partir de 1950, a ação da Igreja intensifica sua atuação no campo social, com arrojados projetos no meio rural, sendo que a ação da Igreja, nesse período, se caracteriza pela “vigilância” de possíveis infiltrações de “ideologias estranhas” incompatíveis com o espírito cristão, permitindo uma convivência mais ou menos pacífica com o poder político ultraconservador. Em 1952 assume a diocese de São Luís o arcebispo Dom José Delgado que deu grande impulso à ação social da Igreja. Nesse contexto, a ação arquidiocesana foi criada para desenvolver o trabalho da Igreja voltado para prestar assistência

material e espiritual aos bairros pobres de São Luís. Nesse período, foram criados os movimentos JAC, JEC, JOC e JUC; Ação Católica Operária (AÇO) Cooperativa Banco Rural do Maranhão; União Agropecuária Ltda (UNAPE); Missão Intermunicipal Rural Arquidiocesana (MIRA); Departamento Universitário de Rádio, Imprensa e Livro (DURRILL) e o Movimento Familiar Cristão. Foram ampliados o número de Faculdades e fundada a Universidade Católica do Maranhão. É também implantada a experiência do Movimento de Educação de Base (MEB) no Maranhão, em convênio da Igreja Católica com o Estado, com o objetivo de mobilizar e organizar as camadas populares. No âmbito de ampliação da ação social no Maranhão, a Arquidiocese de São Luís, através de Dom José Delgado, cria a Escola Maranhense de Serviço Social por intermédio da Sociedade Feminina de Instrução e Caridade – Instituto das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, pelo Decreto n. 5 do Arcebispo de São Luís, publicado no Jornal Imparcial de 10 de fevereiro de 1953, sendo instalada solenemente em 2 de abril de 1953 e considerada de utilidade pública pela Lei 1.114 de 31 de dezembro de 1953. A aula inaugural foi proferida no dia 4 de abril de 1953, iniciando-se o primeiro ano letivo regular no dia 6 do mesmo mês.

O Decreto de criação da Escola define que o Curso de Serviço Social terá cadeira de especialização ruralista e se votará para problemas de imigração e emigração, sem prejuízo de sua natureza específica.

Em 1954, o corpo discente da Escola Maranhense de Serviço Social foi acrescido pelas alunas do Curso de Assistência Social que vinha funcionando desde 1950.

O Curso de Serviço Social no Maranhão consolida-se quando recebeu o reconhecimento do Governo Federal pelo Decreto n. 39.082, de 30 de abril de 1956.

Em 1961, a Escola de Serviço Social passa a denominar-se Faculdade de Serviço Social, sendo agregada à Universidade Católica do Maranhão, criada pelo Decreto n. 47.784 de 10 de fevereiro de 1960 e reconhecida pelo Governo Federal através do Decreto n. 50.832, de 22 de junho de 1961.

As informações acima permitem serem destacados dois aspectos: primeiro, a Escola de Serviço Social no Maranhão surge, inicialmente, pela égide do Estado, consolidando-se através da Igreja Católica que teve forte influência na formação profissional do Assistente Social maranhense, até fins da década de 1960; segundo, enquanto o Serviço Social a nível nacional e do continente latino-americano surgiu no contexto da evolução do processo de industrialização, no Maranhão, o Serviço Social se consolidava, na década de 1950, quando se dava o fracasso do ciclo industrial no Estado e se consolidava o ciclo do funcionalismo público.

A expansão do Serviço Social no Maranhão ocorreu intensamente na década de 1960 e início de 1970 quando o extremo conservadorismo do Governo de Vitorino Freire foi rompido com a

eleição de José Sarney, em 1965, para o governo do Maranhão, inaugurando o denominado “Maranhão Novo”. Mesmo comprometido com a política nacional de criar condições para o capital monopolista, Sarney desenvolveu uma política de massa que, contraditoriamente, tinha sido interrompida a nível nacional pelo Golpe Militar de 1964. Sarney se volta para a tarefa de integração da sociedade maranhense no contexto político e social da época, adotando a política de modernização, propondo-se a corrigir, sanear e mudar a realidade política, econômica e social. Para isso, o Maranhão precisava desenvolver a política de capital humano e necessitava de apoio popular, na busca do “consenso do povo”, ao mesmo tempo precisava atender às necessidades objetivas e imediatas das camadas populares.

É numa realidade brasileira tensa e de um Estado que, contraditoriamente, procura adotar uma política de massa, mesmo na vigência de atos institucionais, que Sarney se propunha a levar avante seu projeto de modernização e de renovação de uma mentalidade política que o Serviço Social viveu sua maior expansão no Maranhão. Essa realidade social demanda medidas para lidar com sequelas do projeto modernizador e abrir caminho para que o programa de governo fosse implantado sem maiores entraves.

Nessa realidade, merece destaque a atuação da Assistente Social Myrtes Haikel Fonseca que desfrutava de prestígio pessoal perante o Governador; participava intensamente do Movimento de Reconceituação de caráter modernizador que se esboça a partir do Encontro de Araxá do qual participou; fez parte do Plano de governo integrando a SUDENE; era também professora da Faculdade de Serviço Social. Com essas credenciais, teve forte influência na montagem do currículo de 1970, passando a assumir a disciplina de Planejamento Social. Foi responsável pela criação da Agência de Menores, em 1966, sendo a mesma transformada em 1967 em Fundação do Bem Estar Social do Maranhão (FEBESMA), órgão específico para executar os trabalhos do Serviço Social no Estado. A FEBESMA tinha como objetivo a integração do homem ao processo de desenvolvimento, mediante o destaque atribuído às atividades comunitárias, através dos centros comunitários implantados nos bairros de São Luís, campos de ampla atuação de assistentes sociais e estagiárias de Serviço Social. Esses centros foram responsáveis pela realização de encontros de esposas de prefeitos; capacitação profissional; atividades recreativas, realização de campanhas e treinamentos, além de trabalhos com grupos na perspectiva de desenvolvimento e ação social, com ampla participação de assistentes sociais.

Nesse período foi relevante a atuação do Serviço Social, através da FEBESMA, em atividades de remoção de favelas e, ainda em 1968, foi reimplantado o Serviço Social Escolar, criado em 1955.

Uma assistente social do Maranhão com outras de outros Estados, com supervisão da assistente social Hebe Gonçalves, participou, no período 1966-1969, de experiências de transferência de populações para construção da Hidrelétrica de Boa Esperança na divisa do Maranhão com o Piauí.

Os diferentes trabalhos profissionais indicados demonstram o grande avanço do Serviço Social no Maranhão no período 1966-1970, quando o assistente social, visto como agente de caridade e de assistência, foi transformado em agente de mudança: sujeito importante no processo de desenvolvimento. Orientado pela ideologia desenvolvimentista, fundamentada na teoria da modernização, assume no seu discurso e na prática o papel de intelectual orgânico da classe dominante.

A então Faculdade de Serviço Social passa a integrar a Fundação Universidade do Maranhão, em 1967 constituída pelo Governo Federal pela Lei n. 5.152 de 21 de outubro de 1966. A partir de então se desenvolve esforço significativo de reformulação curricular, sendo adotada em 1970 uma nova proposta de currículo para atender às exigências de criação do Ciclo Básico e Ciclo Profissional na Universidade. Nesse período, o eixo centrado na formação doutrinária e religiosa se desloca para uma preocupação com uma formação profissional mais técnica, incluindo como uma das suas finalidades desenvolver a pesquisa científica no campo do Serviço Social. A partir de 1971, com uma nova estrutura departamental e o estabelecimento do regime de crédito, passa a vigorar nova proposta curricular, expressando a tendência metodologista e cientificista do Serviço Social, incluindo Serviço Social de Casos; Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade. Ocorre um salto qualitativo com a inclusão da disciplina Metodologia Básica do Serviço Social, expressando a tendência inicial do Movimento de Reconceituação no Brasil, ao questionar o isolamento dos três métodos tradicionais e propor método único ou integração de métodos.

O Serviço Social viveu intensamente nos governos Sarney, Pedro Neiva de Santana e Nunes Freire (1965-1978) o projeto modernizador e desenvolvimentista da proposta de Reconceituação da época, forte aliado do Estado e assumindo uma prática voltada para apoiar a consolidação do capitalismo dependente e monopolista.

Na realidade pós-milagre econômico, a partir de 1977, com o decréscimo do crescimento econômico, inflação, elevação do custo de vida e elevação do desemprego, o Serviço Social passa a reconsiderar os rumos da vertente modernizadora que tinha assumido no Brasil, questionando o papel mantenedor que vinha assumindo. É, então, impulsionado um intenso processo de questionamento sobre a formação profissional do assistente social, com especial atenção a discussões sobre o currículo mínimo e currículo pleno vigente desde 1970.

Em 1970, a Faculdade de Serviço Social se desdobra, por força da reestruturação da Universidade com a implantação de uma nova etapa da Reforma Universitária, transformando-se em

Departamento de Serviço Social, enquanto unidade administrativa, e Curso de Serviço Social, enquanto unidade pedagógica, estruturação ainda vigente.

A partir do final dos anos 1970, com a ampliação do movimento político na sociedade contra o Golpe Militar de 1964, configura-se nova correlação de forças ocorrendo evolução do movimento estudantil e dos profissionais do Serviço Social, com instalação de diretórios estudantis e associações de profissionais (APAS), com intensa participação de docentes.

Nesse contexto, implanta-se novo currículo em 1982, revelando profunda transformação da formação profissional, orientado pela definição do perfil do profissional que se desejava formar: formar profissionais engajados, efetiva e criticamente no âmbito institucional, de modo a contribuir para colocar os serviços ofertados pelas instituições para atender às necessidades das camadas populares, devendo os assistentes sociais serem capazes de se engajar em outras práticas sociais junto às classes trabalhadoras e aos movimentos sociais voltados para o interesse dos subalternizados. Fica então posta a negação da neutralidade que orienta as práticas de caráter positivista e desvendada a dimensão política da prática profissional. Nessa perspectiva, como a nível nacional, o Serviço Social no Maranhão busca sua fundamentação nas construções teórico-metodológicas do marxismo, vinculando-se, em termos hegemônicos ao Projeto Ético-Profissional do Serviço Social construído a nível nacional, sob a orientação do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e da Associação Brasileira de Pesquisa e Serviço Social (ABEPSS).

Convém ressaltar, mesmo que hegemônico, essa perspectiva assumida pelo Serviço Social não é, nem poderia ser única, uniforme. Outros vieses teórico-práticos permeiam a formação e a prática profissional de segmentos de assistentes sociais, tanto a nível nacional como no Estado do Maranhão.

**Uma última palavra:** eu integrei a dinâmica do Serviço Social no Maranhão, desde 1966, com avanços e recuos; com erros e acertos, mas definitivamente optando pela dinâmica social das classes sociais e assumindo a vida acadêmica, em todas as suas dimensões, optando pelo compromisso com as classes populares, contrapondo-me a posturas neutras e reconhecendo a dimensão política de nossa prática profissional.

## 5 CONCLUSÃO

Ao tratar do movimento inicial do desenvolvimento histórico do Serviço Social no Brasil, as reflexões desenvolvidas evidenciam que as origens do Serviço Social tiveram como sujeitos sociais os setores políticos, econômicos, sociais e religiosos, que expressam compromissos com a dinâmica das classes sociais numa realidade da formação social capitalista. Tem-se, em decorrência, uma

contradição na medida em que a profissão é demandada por uma classe social, a dominante, e direciona sua ação profissional para a classe subalterna. Nesse contexto de contradição, o Serviço Social inicia sua construção enquanto profissão nos anos 1930 quando ocorria a passagem do desenvolvimento agroexportador para o urbano-industrial, favorecendo a concentração urbana e o surgimento de uma classe operária e consequentes lutas reivindicativas, cujas respostas do Estado foi a repressão e a beneficência. Então o Serviço Social se institucionaliza para atender essas demandas, enquanto profissão passa a operar a beneficência na busca de aliviar os males sociais, para manter o funcionamento social. Nesse contexto, a Igreja Católica funda as primeiras escolas do Serviço Social no Brasil, pautada pelo caráter humanitário e filantrópico, cujos fundamentos eram a doutrina social da Igreja e a assistência pública do Estado, colocando-se a serviço de uma pessoa abstrata desvinculada da realidade social, compreendendo a sociedade como uma organização harmônica e a desigualdade como natural. É o período em que a formação técnica demandada recebe influência europeia do denominado modelo Franco-Belga e o Serviço Social é visto como uma vocação que requer uma formação moral e doutrinária.

A partir de 1945 a influência franco-belga que marcava o Serviço Social brasileiro é substituída pela influência norte-americana.

A partir de 1945 ocorre a consolidação da economia dos Estados Unidos, após a II Guerra Mundial com ampla influência econômica na América Latina e com destaque a programas de assistência técnica e ajuda financeira.

É mantido o fundamento na visão harmônica da sociedade e do desenvolvimento como produto de capacidades pessoais e culturais, com referência no princípio da neutralidade. O Estado, enquanto gestor do bem comum, é colocado acima das classes sociais. Para atuação profissional, a ênfase na instrumentalização técnica com valorização do método era centrada em habilidades para entrevista, observação e aplicação de questionário. A influência do neotomismo foi deslocada para os pressupostos funcionalistas da Sociologia, embora com permanência da influência católica até os anos 1960, quando passa a ocorrer progressiva integração das Escolas de Serviço Social aos centros universitários.

Sob a influência norte-americana foram importados os métodos de Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo e de Organização de Comunidade, posteriormente, Desenvolvimento de Comunidades, ocorrendo também a estruturação da prática profissional em torno do plantão, triagem, prática burocrática, acompanhamento, aconselhamento, distribuição de auxílios, socialização através de grupos e engajamento em equipes multiprofissionais, sobretudo nos trabalhos de comunidades, sob a orientação da ideologia desenvolvimentista, cujas tarefas principais atribuídas ao

Serviço Social eram viabilizar a participação do povo no projeto desenvolvimentista do governo e neutralizar as tensões das contradições da política desenvolvimentista.

Nos anos 1960, o Serviço Social passa a assumir sua insuficiência para dar conta da realidade em transformação que vinha ocorrendo na América Latina colocando a necessidade da transformação social, cuja expressão foi o Movimento de Reconceituação Latino-americano, propondo a superação da prática profissional em apoio aos setores dominantes e a necessidade de nova perspectiva teórico-metodológica referenciada na dialética, com eclosão de um movimento de contestação ao domínio norte-americano. Nova postura que demanda romper com a neutralidade; com a dicotomia teoria-prática e a manutenção do *status quo* e desvela a dimensão política da prática profissional. No Brasil, de 1964 a 1967, o Movimento de Reconceituação assume inicialmente uma perspectiva modernizadora. A partir de 1968, pela construção de rigor técnico e científico, ao mesmo tempo assume uma postura assistencialista comprometida com as classes dominantes, implementando políticas sociais paternalistas para atenuar o período de maior repressão da ditadura militar decretada em 1964. A partir de 1978, segmentos do Serviço Social Brasileiro começam a assumir a perspectiva dialética da Reconceituação, tendo como horizonte a transformação da sociedade, assumindo uma proposta referenciada no materialismo histórico e no método dialético, desvelando a dimensão política da profissão, da neutralidade e a concepção de instituição enquanto espaço contraditório de luta, com atuação junto aos movimentos sociais, assumindo compromisso profissional com os segmentos subalternos da sociedade. Esse é um processo com recuos e avanços, mas que permitiu a construção de um novo Código de Ética, novas diretrizes curriculares e o Projeto Ético-Profissional do Serviço Social, hegemônico na orientação da formação profissional nos últimos anos.

A realidade latino-americana e brasileira da prática do Serviço Social situa a trajetória dos 70 anos do Serviço Social no Maranhão que deve também ser considerado no contexto socioeconômico e político do Estado. Os grupos atuantes, representados pelo Estado e a Igreja Católica com convivência mais ou menos pacífica com o poder político ultraconservador, cria a Escola Maranhense de Serviço Social em 1953, passando-se a denominar, em 1961, Escola de Serviço Social, agregada à Universidade Católica do Maranhão.

O surgimento e desenvolvimento do Serviço Social no Maranhão é qualificado por dois aspectos, diferentemente da trajetória do Serviço Social no Brasil. A Escola de Serviço Social surge, inicialmente, pela atuação do Estado e se consolida pela ação da Igreja Católica, enquanto o Serviço Social a nível nacional e do continente latino-americano, surgiu com a evolução do processo de industrialização. No Maranhão, o Serviço Social se consolidava, na década de 1950, enquanto se dava o fracasso do ciclo industrial no Estado e se consolidava o ciclo do funcionalismo público, sendo que o Serviço Social (mais) se desenvolveu mais no âmbito do projeto de modernização e renovação que

marcou o governo Sarney, demandado para lidar com sequelas do projeto modernizador e contribuir para que o programa de governo fosse implantado sem maiores entraves.

No âmbito do governo Sarney foi criada a Fundação do Bem Estar Social do Maranhão (FEBESMA), espaço de execução dos trabalhos do Serviço Social no Estado, cujo objetivo era integrar o homem ao processo de desenvolvimento, com grande avanço do Serviço Social no Maranhão no período 1966-1970, sendo que o assistente social, de agente de caridade e de assistência, foi transformado em agente de mudança, fator relevante no processo de desenvolvimento, sob orientação da ideologia desenvolvimentista e fundamentado na teoria da modernização.

Em 1967, a então Faculdade de Serviço Social passa a integrar a Fundação Universidade do Maranhão, criada pelo Governo Federal e, a partir de 1971, com novo currículo, adota a tendência metodologista e cientificista do Serviço Social com a inclusão do Serviço Social de Casos; Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade. Posteriormente, com a inclusão da disciplina Metodologia Básica do Serviço Social, questiona o isolamento dos três métodos tradicionais ao propor método único ou integração de métodos.

Por conseguinte, o Serviço Social no Maranhão viveu intensamente nos governos Sarney, Pedro Neiva de Santana e Nunes Freire (1965-1978) o projeto modernizador e desenvolvimentista da proposta de Reconceituação, constituindo-se forte aliado do Estado ao desenvolver uma prática voltada para apoiar a consolidação do capitalismo dependente e monopolista.

A partir de 1977, com o decréscimo do crescimento econômico, inflação, elevação do custo de vida e elevação do desemprego, o Serviço Social passa a questionar os rumos da vertente modernizadora que tinha assumido no Brasil, questionando o papel mantenedor que vinha assumindo. Ocorre um processo de questionamento sobre a formação profissional do assistente social, sendo que, a partir do final dos anos 1970, intensifica-se na sociedade a ampliação de um movimento político contra o Golpe Militar de 1964, em cujo contexto tem-se nova correlação de forças, com evolução do movimento estudantil e a organização dos profissionais do Serviço Social, ocorrendo a negação da neutralidade, expressão das práticas positivista, com desvelamento da dimensão política da prática profissional. Referenciado no Serviço Social em nível nacional, no Maranhão, passa a construir-se sua fundamentação nas perspectivas teórico-metodológicas do marxismo, vinculando-se ao Projeto Ético-Profissional do Serviço Social.

## REFERÊNCIAS

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Formação Profissional do Assistente Social**, publicado pela Cortez Editora. 2ª edição. São Paulo, 1995.

## Notas

---

<sup>1</sup> O conteúdo apresentado e problematizado no presente artigo tem como referência o livro: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Formação Profissional do Assistente Social**, publicado pela Cortez Editora. 2 ed. São Paulo, 1995.